

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.**
Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 15 de fevereiro de 2018, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	89.412	22.274	112.259	31.386	Fornecedores	17	12.319	14.888	16.331	16.482
Contas a receber de clientes	11	15.398	24.663	24.565	22.907	Empréstimos e financiamentos	18	79.468	45.974	82.202	45.974
Impostos a recuperar	12	16.964	20.171	18.136	21.435	Impostos e contribuições a recolher	19	1.397	1.248	2.849	3.379
Dividendos a receber	20	2.125	1.331	374	169	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		5.571	4.548	7.231	6.049
Outras contas a receber		2.893	6.087	3.104	7.081	Adiantamentos de clientes		5.355	5.914	10.335	7.921
						Dividendos a pagar	20	20.000	2.334	20.004	2.334
		<u>126.792</u>	<u>74.526</u>	<u>158.438</u>	<u>82.978</u>			<u>124.110</u>	<u>74.906</u>	<u>138.952</u>	<u>82.139</u>
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber de clientes	11	12.176	2.617	826	1.095	Fornecedores	17	402	536	402	536
Impostos a recuperar	12	2.082	9.459	8.158	15.498	Empréstimos e financiamentos	18	180.077	269.135	193.202	269.135
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	8.471	9.467	14.272	13.731	Provisão para contingências	21	28.775	23.324	32.984	27.252
Depositos judiciais	21	29.039	23.793	29.111	24.916			<u>209.254</u>	<u>292.995</u>	<u>226.588</u>	<u>296.923</u>
Outras contas a receber		5.232	2.896	5.698	2.899	Patrimônio líquido					
Investimentos	14	415.397	463.043	391.928	421.944	Capital social	22.a	31.574	31.574	31.574	31.574
Imobilizado	15	481.880	503.312	506.253	531.145	Reserva de capital	22.b	527.423	527.423	527.423	527.423
Intangível	16	2.683	2.690	18.363	18.562	Reservas de lucros	22.c 21.e	191.391	164.905	191.391	164.905
		<u>956.960</u>	<u>1.017.277</u>	<u>974.609</u>	<u>1.029.790</u>	Atribuível aos acionistas controladores		750.388	723.902	750.388	723.902
						Participação de acionistas não controladores		-	-	17.119	9.804
		<u>1.083.752</u>	<u>1.091.803</u>	<u>1.133.047</u>	<u>1.112.768</u>			<u>750.388</u>	<u>723.902</u>	<u>767.507</u>	<u>733.706</u>
								<u>1.083.752</u>	<u>1.091.803</u>	<u>1.133.047</u>	<u>1.112.768</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.**Demonstrações de resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017***(Em milhares de Reais)*

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	23	299.022	226.207	380.336	291.942
Custo dos serviços prestados	24	<u>(259.195)</u>	<u>(201.952)</u>	<u>(318.592)</u>	<u>(253.458)</u>
Lucro bruto		39.827	24.255	61.744	38.484
(Despesas) receitas operacionais					
Comerciais	24	(387)	(358)	(387)	(358)
Administrativas e gerais	24	(12.151)	(11.324)	(13.557)	(13.206)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(2.394)</u>	<u>(5.228)</u>	<u>(2.968)</u>	<u>(3.779)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		<u>24.895</u>	<u>7.345</u>	<u>44.832</u>	<u>21.141</u>
Receitas financeiras	25	3.685	4.143	4.469	4.493
Despesas financeiras	25	<u>(34.800)</u>	<u>(29.512)</u>	<u>(41.604)</u>	<u>(31.970)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(31.115)</u>	<u>(25.369)</u>	<u>(37.135)</u>	<u>(27.477)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	14	<u>78.434</u>	<u>81.473</u>	<u>75.572</u>	<u>78.584</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		72.214	63.449	83.269	72.248
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	(2.449)	-	(8.133)	(4.598)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	<u>3.387</u>	<u>5.886</u>	<u>5.331</u>	<u>6.022</u>
Resultado do exercício		<u>73.152</u>	<u>69.335</u>	<u>80.467</u>	<u>73.672</u>
Resultado atribuível aos acionistas					
Acionistas controladores		73.152	69.335	73.152	69.335
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.315</u>	<u>4.337</u>
Resultado do exercício		<u>73.152</u>	<u>69.335</u>	<u>80.467</u>	<u>73.672</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Resultado do exercício	73.152	69.335	80.467	73.672
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>73.152</u>	<u>69.335</u>	<u>80.467</u>	<u>73.672</u>
Acionistas controladores	73.152	69.335	73.152	69.335
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.315</u>	<u>4.337</u>
Resultado abrangente total	<u>73.152</u>	<u>69.335</u>	<u>80.467</u>	<u>73.672</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores							
		Reservas de lucros							
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1 de janeiro de 2017		31.574	527.246	6.314	106.767	-	671.901	5.467	677.368
Resultado do exercício		-	-	-	-	69.335	69.335	4.337	73.672
Destinações:									
Constituição de reserva de capital		-	177	-	-	(177)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.e	-	-	-	-	(17.334)	(17.334)	-	(17.334)
Retenção de lucros no exercício	22.d	-	-	-	51.824	(51.824)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>31.574</u>	<u>527.423</u>	<u>6.314</u>	<u>158.591</u>	<u>-</u>	<u>723.902</u>	<u>9.804</u>	<u>733.706</u>
Resultado do exercício		-	-	-	-	73.152	73.152	7.315	80.467
Destinações:									
Dividendos mínimos obrigatórios	22.e	-	-	-	-	(18.288)	(18.288)	-	(18.288)
Dividendos complementares	22.e	-	-	-	-	(28.378)	(28.378)	-	(28.378)
Retenção de lucros no exercício	22.d	-	-	-	26.486	(26.486)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>31.574</u>	<u>527.423</u>	<u>6.314</u>	<u>185.077</u>	<u>-</u>	<u>750.388</u>	<u>17.119</u>	<u>767.507</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		73.152	69.335	80.467	73.672
Ajustes por:					
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas com clientes	11	192	(191)	380	(183)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(3.441)	(5.887)	(4.978)	(6.023)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(78.434)	(81.473)	(75.572)	(78.584)
Depreciação e amortização	15 16	32.487	18.965	39.049	25.994
Resultado na baixa de ativo permanente		1.817	21.384	2.139	19.814
Amortização mais valia	14	13.051	13.053	13.230	12.775
Juros e correções incorridos	18	27.783	35.625	28.642	35.723
Amortização custo debêntures	18	651	651	651	651
Constituição de provisão para contingências	21	5.451	2.207	5.732	66
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes - circulante e não circulante	11	(486)	16.351	(1.769)	22.635
Redução (aumento) em impostos a recuperar - circulante e não circulante	12	10.584	(20.050)	10.639	(20.126)
Aumento em depósitos judiciais	21	(5.246)	(3.542)	(4.195)	(4.440)
Redução em outras contas a receber - circulante e não circulante		1.026	2.643	2.023	3.514
Redução em fornecedores - circulante e não circulante	17	(2.703)	(15.328)	(285)	(17.580)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	19	149	(1.515)	5.765	1.921
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias		1.023	1.000	1.182	1.203
(Redução) aumento em adiantamentos de clientes		(559)	441	2.414	2.133
Impostos sobre o lucro pagos		-	-	(6.295)	(4.469)
Juros pagos	18	(29.299)	(43.275)	(29.299)	(43.465)
Fluxos de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais		47.198	10.394	69.920	25.231
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aumento de participação em investimentos	14	-	-	(20.755)	(657)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(9.000)	-	(9.000)
Restituição de capital	14	9.000	-	9.000	-
Dividendos recebidos	14	107.504	39.247	107.504	38.085
Aquisição de imobilizado e intangível	15 16	(12.865)	(75.673)	(16.097)	(79.725)
Fluxos de caixa líquidos provenientes das (usados nas) atividades de investimento		103.639	(45.426)	79.652	(51.297)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos captados	18	294	101.669	15.294	101.669
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	18	(54.993)	(80.964)	(54.993)	(82.780)
Dividendos pagos	22.e	(29.000)	(27.091)	(29.000)	(27.091)
Fluxos de caixa líquidos usados nas atividades de financiamento		(83.699)	(6.386)	(68.699)	(8.202)
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa		67.138	(41.418)	80.873	(34.268)
Demonstração do(a) aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	10	22.274	63.692	31.386	65.654
No fim do exercício	10	89.412	22.274	112.259	31.386
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa		67.138	(41.418)	80.873	(34.268)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 29 de janeiro de 1864, com sede e filiais em Paranaguá-PR, Curitiba-PR, São Francisco do Sul-SC e Guarujá-SP. A Companhia tem por objetivo principal a prestação de serviços de: armazenagem de cargas; operações portuárias; cargas a granel (importação e exportação) e carga geral; comissária de despachos aduaneiros; desembarço de cargas, terminais de cargas e de contêineres, manutenção, reparos e reformas de contêineres e de seus equipamentos, transporte de cargas e mercadorias e participação em outras empresas.

A Companhia opera no Porto de Paranaguá-PR sob certificado da Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina "APPA", concedido somente a empresas devidamente qualificadas como "Operador Portuário" e que atendam aos requisitos exigidos pela autoridade portuária. Este certificado tem prazo de duração determinado, tendo sido emitido em 16 de maio de 2008, renovado em 2018 sem quaisquer ônus para os negócios da Companhia com validade até 9 de novembro de 2023. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela Lei 12.815/13. Na operação portuária, são pagas as taxas de pesagem, INFRAMAR e INFRAPORT à autoridade portuária em decorrência de cada operação executada, além da contratação de mão-de-obra de conferentes, arrumadores e estivadores junto ao Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).

A Companhia firmou o contrato nº 115/2002 com a APPA em 16 de setembro de 2002, e opera a Instalação Portuária Alfandegada (IPA) nas dependências do Armazém 9A do Porto de Paranaguá-PR. O referido contrato teve sua adequação aos dispositivos das Leis 8.630/93 e Lei 12.815/13 e também pela Resolução ANTAQ nº 2240/11 em 3 de setembro de 2012. Este contrato possui duração de 20 (vinte) anos, tendo sua vigência até 2022, com previsão de prorrogação por igual período, podendo vigorar até 2042.

A Companhia possui também o certificado de "Operador Portuário" emitido pela Administração do Porto de São Francisco do Sul "APSF" em consonância aos dispositivos da Lei 8.630/93 atualizada pela Lei 12.815/13, concedendo a Companhia a qualificação para executar operações no Porto de São Francisco do Sul-SC; a referida habilitação foi emitida em 3 de dezembro de 2013, com validade até 3 de dezembro de 2023. Para mantê-lo a Companhia é obrigada a cumprir as normas da autoridade portuária, bem como os dispositivos da Lei 8.630/93 (Lei da Modernização dos Portos), atualizada pela Lei 12.815/13.

A Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 44 da 9ª SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de novembro de 2013, o alfandeamento a título permanente de seu complexo de armazenagem de granéis sólidos de importação (GIMPO), filial que está inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.716.144/0005-74, localizada na área externa ao Porto Organizado de Paranaguá - PR, na Av. Cel. José Lobo, nº 1.913, município de Paranaguá -PR, cuja infraestrutura é composta por armazém, área de pátio com balanças e esteira que liga ao Terminal Público de Fertilizantes do Porto de Paranaguá. O alfandeamento obtido está em conformidade com os dispositivos do Contrato de Passagem nº 006/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e

Antonina - APPA, confirmado pela ANTAQ (Agência Nacional de Transporte Aquaviário), o qual tem prazo de vigência de 25 anos (com validade até 2035) podendo ser prorrogado por igual período (até 2060).

Em 22 de abril de 2014, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 10 da 9ª SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 25 de abril de 2014, a expansão do alfandegamento para toda a infraestrutura do complexo de armazenagem de granéis sólidos de importação, mantidas as mesmas condições mencionadas no parágrafo acima.

Em 26 de outubro de 2017, a Companhia obteve através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 19 da 9ª SSRF da Receita Federal do Brasil publicado no D.O.U. de 27 de outubro de 2017, o alfandegamento a título permanente de sua instalação portuária cognominada “GEXPO”, filial que está inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.716.144/0015-46, localizada em área contígua ao Porto Organizado de Paranaguá, na Av. Cel. José Lobo, s/nº, Oceania, Paranaguá (PR), com um montante aproximado de área de 42.222 m², composta por 2 (dois) silos horizontais (“Silos Horizontais 3 e 4”), por instalações e equipamentos que servem de apoio à atividade de movimentação e armazenagem de granéis sólidos de origem vegetal destinados à exportação (tais como, moegas, tombadores, balanças, etc.) e, ainda, por correias transportadoras, instaladas em caráter permanente, que estabelecem a interligação entre as estruturas de armazenagem retroportuárias e o porto público (notadamente ao eixo central do denominado “Corredor de Exportação da APPA”). O alfandegamento obtido está em conformidade com os dispositivos do Contrato de Passagem nº 026/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, confirmado pela ANTAQ (Agência Nacional de Transporte Aquaviário), o qual tem prazo de vigência de 25 anos (com validade até 2035) podendo ser prorrogado por igual período (até 2060).

Em 24 de novembro de 2017, a Companhia recebeu da Fundação Vanzolini o Certificado de Sistema de Gestão Ambiental NBR ISO 14001:2015, na mesma data recebeu o Certificado de Sistema de Gestão de Qualidade NBR ISO 9001: 2015 e recebeu ainda o Certificado de Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional OHSAS 18001: 2007, certificações que consolidam o Sistema de Gestão de Integrado SGI da Companhia. Em novembro de 2018, houve a renovação de todos os Certificados.

Em 2018 a Companhia obteve as Certificações de OEA (Operador Econômico Autorizado) da Receita Federal do Brasil para: (i) Operações Portuárias; (ii) Complexo de armazenagem de granéis sólidos de importação (GIMPO); (iii) Instalação Portuária Alfandegada (IPA-AZ9A); e para sua controlada Porto Seco. Em janeiro de 2019, a Companhia obteve a Certificação de OEA para a sua Instalação Portuária para Granéis Sólidos de Exportação “GEXPO”. As Certificações de OEA são verificadas e mantidas anualmente pela Receita Federal do Brasil.

2 Relação de entidades controladas

Abaixo estão apresentadas a lista das empresas controladas pela Companhia.

Empresas	Controle	2018	2017
Rio Bacacheri Participações S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	Direto	99,99%	99,99%
Vanzin Serviços Aduaneiros S.A.	Indireto	60,00%	60,00%

- a. Rio Bacacheri Participações S.A. (“Rio Bacacheri”)**
Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Paranaguá - PR, que tem como objeto social a participação em outras empresas do segmento portuário. A Rio Bacacheri detém 60% das ações da Vanzin Serviços Aduaneiros S.A..
- b. Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A. (“Rocha GranExpo”)**
Trata-se de uma sociedade de propósito específico (SPE), com sede em Paranaguá - PR, que tem como objeto social as atividades de operação portuária de graneis sólidos de exportação. A Rocha GranExpo atualmente encontra-se sem atividades operacionais.
- c. Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda. (“Porto Seco”)**
Trata-se de uma sociedade limitada, com sede em São Francisco do Sul - SC, que tem como objeto social a operação e exploração de terminal alfandegado de uso público, destinado à prestação de serviços públicos, de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de São Francisco do Sul.
- d. Vanzin Serviços Aduaneiros S.A. (“Vanzin”)**
Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Rio Grande - RS, que tem como objeto social as atividades de operação portuária de graneis e carga geral, oriundos de importações e/ou destinados a exportações e, ainda, armazenagem de granel de importação. A Vanzin detém 50% das ações da Companhia Operadora Portuária do Itaqui-COPI.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa 8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia e suas controladas no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;
- **Nota explicativa 14** - equivalência patrimonial: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; e

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 13** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 15 e 16** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 26** - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, as quais não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia e suas controladas na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

a. CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

De forma prática a adoção do CPC 47 não trouxe nenhum impacto significativo para a Companhia e suas controladas, considerando que a Companhia e suas controladas cumprem a sua obrigação de desempenho na prestação de serviços aos clientes, transferindo naquele momento o controle dos serviços. Ainda, para esta conclusão, a Companhia e suas controladas também avaliaram outros aspectos, como o baixo nível de cancelamentos e, portanto, a alta probabilidade que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada, a inexistência de outros componentes vendidos em conjunto com os serviços prestados, a inexistência de programas de fidelidade ou similares e, ainda, a inexistência de programas de abatimento (“rebate”).

b. CPC 48 Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas não adotaram a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) em nenhum dos períodos apresentados.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2018.

Controladora

Em milhares de Reais	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.202	2.202
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	20.072	20.072
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	28.611	28.611
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	7.753	7.753
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	14.670	14.670
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	315.109	315.109

Consolidado

Em milhares de Reais	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.904	2.904
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	28.482	28.482
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	24.171	24.171
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	8.403	8.403
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	16.174	16.174
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	315.109	315.109

(ii) *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

Entretanto, a aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 não levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros da Companhia e suas controladas.

(iii) *Transição*

Dado as características existentes de ativos e passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2017 (período comparativo), as mudanças nas políticas contábeis da adoção do CPC 48 não resultaram em nenhum efeito na aplicação retrospectiva da norma, levando em consideração o descrito abaixo. A Companhia e suas controladas também não identificaram alterações materiais na mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável de ativos financeiros) quando da aplicação da nova norma.

As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial:

- A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido; e
- A designação e a revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao VJR.

Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48, então, a Companhia e suas controladas pressupõem que o risco de crédito do ativo não havia aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto conforme descrito na nota explicativa 7.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2018	2017
Rio Bacacheri Participações S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	Direto	100,00%	100,00%
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	Direto	99,99%	99,99%
Vanzin Serviços Aduaneiros S.A.	Indireto	60,00%	60,00%

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente, na adquirida, pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia possui as seguintes entidades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*):

Empresas	Tipo	2018	2017
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	Empreendimento direto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Companhia Operadora Portuária do Itaquí-COPI	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	25,00%
Companhia Operadora Portuária de Itaquí-COPISI	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	-
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	Empreendimento direto controlado em conjunto	28,33%	28,33%
Melport Terminais Marítimos Ltda.	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
Sul Trading Ltda.	Empreendimento indireto controlado em conjunto	50,00%	50,00%
CPL-Central Paranaense de Logística S.A.	Coligada indireta	12,50%	12,50%

(v) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. *Receita de prestação de serviços*

A Companhia e suas controladas estão envolvidas na realização de serviços de armazéns gerais; acondicionamento de produtos fertilizantes e corretivos; importação e comércio atacadista de fertilizantes, adubos, corretivos de solo, defensivos agrícolas e de outros produtos químicos intermediários para fertilizantes; operadores portuários; comissária de despachos aduaneiros; desembaraço de cargas, unitização de cargas e corretagem de cargas de exportação; agenciamento de importações e exportações; terminais de cargas e de contêineres, incluindo estacionamento de contêineres cheios e/ou vazios, estacionamento de equipamentos de movimentação e/ou transporte de contêineres, inspeção de contêineres e equipamentos de transporte e movimentação dos mesmos, manutenção, reparos e reformas de contêineres e de seus equipamentos de movimentação e/ou transporte, estufagem e desestufagem; operação de terminais de cargas e descargas de mercadorias próprias e de terceiros; transporte rodoviário de

cargas e/ou contêineres com veículos próprios e/ou de terceiros; operações em recintos alfandegados; transporte, recepção, armazenagem e expedição de (a) granéis sólidos de importação e de exportação, (b) granéis líquidos, (c) carga geral, (d) carga de projeto; locação de bens móveis, máquinas e equipamentos e (e) terminalização, bombeamento e tancagem de granéis líquidos em terminal marítimo e em retroárea, bem como a locação de tanques, dutos e tubulações interligados ou não a píer de embarque e desembarque de granéis líquidos.

Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a prestação de serviços com clientes são fornecidas na nota explicativa 23.

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas controladas não fornecem benefícios de longo prazo a seus empregados.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem, principalmente:

- Rendimentos com aplicações financeiras;
- Despesa de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data da demonstração financeira.

h. Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas.

A provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios e as premissas utilizados pela Administração, bem como a movimentação da provisão, estão descritos na nota explicativa nº 11 - Contas a receber de clientes.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	20 - 25 anos
Equipamentos e guindastes	5 - 15 anos
Outros ativos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Softwares e demais intangíveis

Possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

Os *softwares* e demais intangíveis são amortizados utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes:

<i>Softwares</i>	5 anos
Outros intangíveis	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. (outros resultados abrangentes) Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia e suas controladas classificaram os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Empréstimos e recebíveis

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) ***Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia e suas controladas não celebraram contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

l. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) ***Ativos financeiros não-derivativos***

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras;
ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia e suas controladas consideravam evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

- **Ativo financeiro mensurado a custo amortizado**

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizavam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideraram que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Quando um evento subsequente indicou uma redução da perda, a provisão foi revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

o. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia e suas controladas separam os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia e suas controladas concluem, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia e suas controladas.

(ii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

(iii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5(c)).

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 - Arrendamentos tenha impactos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial.

a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia e suas controladas deverão adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas estão avaliando o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia e suas controladas apresentem suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06(R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Arrendamentos em que a Companhia e suas controladas são um arrendatário

A Companhia e suas controladas reconhecerão novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais regidos por (i) Contrato de Arrendamento nº 115/2002 com a APPA; (ii) Contrato de Passagem nº 006/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com a APPA, confirmado pela ANTAQ; e (iii) Contrato de Passagem nº 026/2010, ratificado por seus termos aditivos, firmado com APPA, confirmado pela ANTAQ. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia e suas controladas reconhecerão um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia e suas controladas reconheciam anteriormente uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia e suas controladas estimam que reconhecerão obrigações adicionais de arrendamento de R\$ 8.860 em 1º de janeiro de 2019, entretanto, conforme mencionado anteriormente, a Companhia e suas controladas estão avaliando o potencial impacto que a aplicação inicial terá sobre suas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas esperam que a adoção do CPC 06 (R2) não afete sua

capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 18.

(ii) Transição

A Companhia e suas controladas pretendem aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem prospetiva.

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- ICPC22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2));
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alteração no CPC 33);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; e
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

10 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	2.350	2.202	4.216	2.904
Aplicações financeiras (i)	87.062	20.072	108.043	28.482
	89.412	22.274	112.259	31.386

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 98%). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insigificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

11 Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Clientes nacionais	6.487	10.774	15.468	15.141
Clientes no exterior	9.045	7.687	9.045	7.687
Partes relacionadas (veja nota explicativa nº 20)	12.598	9.183	1.852	1.768
(-) Provisão para perdas esperadas (i)	(556)	(364)	(974)	(594)
	27.574	27.280	25.391	24.002
Circulante	15.398	24.663	24.565	22.907
Não circulante	12.176	2.617	826	1.095

- (ii) A Companhia e suas controladas têm como política contábil constituir a provisão para perdas esperadas para os recebíveis cuja liquidação seja considerada como incerta. Inicialmente, são feitas análises individuais, verificando-se o histórico recente e a data de vencimento dos títulos, bem como as condições de negócio de cada recebível, como negociações efetuadas com os clientes e a possibilidade de realização de cada recebível. De forma geral, a Companhia e suas controladas recebem antecipadamente cerca de 50% dos serviços que serão prestados, além de negociarem um prazo médio de 10 dias para o valor remanescente dos serviços prestados, o que reduz significativamente o risco de perdas. A provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis.

Faixas de vencimento, excluindo saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	14.758	17.645	22.472	20.879
Vencidos entre 1 e 90 dias	153	364	698	871
Vencidos entre 91 e 180 dias	219	64	289	156
Vencidos acima de 180 dias	402	388	1.054	922
	15.532	18.461	24.513	22.828
(-) Provisão para perdas esperadas	(556)	(364)	(974)	(594)
	14.976	18.097	23.539	22.234

Movimentação da provisão para perdas esperadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	(364)	(555)	(594)	(777)
Provisão constituída	(192)	-	(380)	-
Valores recuperados/revertidos	-	191	-	183
Saldo no final do exercício	(556)	(364)	(974)	(594)

12 Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
PIS e COFINS (i)	11.404	18.590	11.404	18.751
IRPJ e CSLL (ii)	5.079	8.645	6.230	9.699
FUNDAF (iii)	1.763	1.763	7.794	7.794
Outros	800	632	866	689
	19.046	29.630	26.294	36.933
Circulante	16.964	20.171	18.136	21.435
Não circulante	2.082	9.459	8.158	15.498

- (i) Refere-se a créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação vigente.
- (ii) Refere-se aos impostos retidos na fonte incidentes sobre aplicações financeiras resgatadas e prestação de serviços.
- (iii) Refere-se a valores pagos em exercícios anteriores, cuja jurisprudência já está pacificada no STF, a serem compensados após a finalização das ações em curso, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB).

13 Imposto de renda e contribuição social

(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Adicionalmente, a Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e acionistas, a Companhia e suas controladas registraram imposto de renda e contribuição social diferidos.

O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial individual e consolidado, conforme apresentado abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social	14.843	15.900	18.387	18.125
Amortização de mais valia	-	-	961	743
Outras diferenças temporárias	8	8	1.304	1.304
	<u>14.851</u>	<u>15.908</u>	<u>20.652</u>	<u>20.172</u>
Passivo não circulante				
Juros capitalizados	<u>(6.380)</u>	<u>(6.441)</u>	<u>(6.380)</u>	<u>(6.441)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	<u>8.471</u>	<u>9.467</u>	<u>14.272</u>	<u>13.731</u>

(ii) Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Resultado do exercício antes dos impostos	72.214	63.449	83.269	72.248
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(24.553)	(21.573)	(28.311)	(24.564)
Adições e exclusões e outros				
Resultado de equivalência patrimonial	26.668	27.701	25.695	26.719
Adições permanentes	(1.201)	(267)	(282)	(1.050)
Outros	24	25	96	319
	<u>938</u>	<u>5.886</u>	<u>(2.802)</u>	<u>1.424</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado:				
Corrente	(2.449)	-	(8.133)	(4.598)
Diferido	3.387	5.886	5.331	6.022
Alíquota efetiva	0%	0%	3%	0%

14 Investimentos

(i) Composição dos saldos da controladora

	2018	2017
Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas (equivalência patrimonial)		
Rio Bacacheri Participações S.A.	34.765	27.981
Rocha Granéis Sólidos de Exportação S.A.	1	1
Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda.	25.720	27.180
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	118.254	162.656
Ágio - aquisição Cattalini (i)	129.664	129.664
Mais valia - aquisição Cattalini (ii)	166.336	166.336
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição Cattalini (ii)	(60.327)	(51.714)
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	5	5
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	971	927
Sul Trading Ltda.	8	7
	<u>415.397</u>	<u>463.043</u>

(ii) Composição dos saldos do consolidado

	2018	2017
Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas		
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	118.254	162.656
Ágio - aquisição Cattalini (i)	129.664	129.664
Mais valia - aquisição Cattalini (ii)	166.336	166.336
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição Cattalini (ii)	(60.327)	(51.714)
TLP-Terminais Líquidos de Paranaguá Ltda.	5	5
Companhia Operadora Portuária do Itaqui-COPI	21.483	9.494
Ágio - aquisição COPI (iii)	13.458	2.313
Mais valia - aquisição COPI (iv)	2.611	2.611
(-) Amortização mais valia líquida - aquisição COPI (iv)	(535)	(356)
Companhia Operadora Portuária de Itaqui-COPI	-	-
Fullport8 Operação Portuária e Armazenagem Ltda.	971	927
Sul Trading Ltda.	8	8
	<u>391.928</u>	<u>421.944</u>

- (i) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% da Cattalini Terminais Marítimos S.A., em dezembro de 2011.
- (ii) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Cattalini Terminais Marítimos S.A., em dezembro de 2011.
- (iii) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaqui-COPI, em agosto de 2015 (25%) e primeiro semestre de 2018 (25%).
- (iv) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e terrenos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) reconhecidos como resultado da aquisição de 50% da Companhia Operadora Portuária de Itaqui-COPI, em agosto de 2015 (25%) e primeiro semestre de 2018.

(iii) Informações das controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

	Rio Bacacheri	
	2018	2017
Ativos circulantes	778	735
Ativos não circulantes	44.579	32.222
Passivos circulantes	1.925	4.976
Passivos não circulantes	8.667	-
Receitas do exercício	10.972	6.506
Custos e despesas do exercício	(3.599)	(1.614)
Resultado da investida no exercício	7.373	4.892
Capital social	18.054	18.054
Quantidade de quotas possuídas	18.053.643	18.053.643
Patrimônio líquido	34.765	27.981
Participação no capital social no final do exercício	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	34.765	27.981
	Rocha Granéis	
	2018	2017
Ativos circulantes	1	1
Ativos não circulantes	-	-
Passivos circulantes	-	-
Passivos não circulantes	-	-
Receitas do exercício	-	-
Custos e despesas do exercício	-	-
Resultado da investida no exercício	-	-
Capital social	1	1
Quantidade de quotas possuídas	250.000	250.000
Patrimônio líquido	1	1
Participação no capital social no final do exercício	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido	1	1
	Porto Seco	
	2018	2017
Ativos circulantes	3.682	3.459
Ativos não circulantes	28.276	29.466
Passivos circulantes	3.326	4.101
Passivos não circulantes	2.909	1.641
Receitas do exercício	25.093	24.428
Custos e despesas do exercício	(26.553)	(24.591)
Resultado da investida no exercício	(1.460)	(163)
Capital social	1.500	1.500
Quantidade de quotas possuídas	1.499.998	1.499.998
Patrimônio líquido	25.723	27.183
Participação no capital social no final do exercício	99,99%	99,99%
Participação no patrimônio líquido	25.720	27.180

Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

	Vanzin	
	2018	2017
Ativos circulantes	29.408	11.284
Ativos não circulantes	42.321	22.229
Passivos circulantes	11.821	5.181
Passivos não circulantes	17.114	3.823
Receitas do exercício	60.806	44.684
Custos e despesas do exercício	(42.519)	(33.841)
Resultado da investida no exercício	18.287	10.843
Capital social	2.895	2.895
Quantidade de quotas possuídas	1.737.000	1.737.000
Patrimônio líquido	42.794	24.509
Participação no capital social no final do exercício	60,00%	60,00%
Participação no patrimônio líquido	25.676	14.705

	Cattalini Terminais	
	2018	2017
Ativos circulantes	136.798	153.129
Ativos não circulantes	356.563	330.858
Passivos circulantes	50.301	42.600
Passivos não circulantes	206.551	116.074
Receitas do exercício	305.438	310.480
Custos e despesas do exercício	(163.841)	(161.044)
Resultado da investida no exercício	141.597	149.436
Capital social	53.701	53.701
Quantidade de quotas possuídas	26.850.591	26.850.591
Patrimônio líquido	236.509	325.313
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	118.254	162.656

	TLP Terminais	
	2018	2017
Ativos circulantes	10	10
Ativos não circulantes	-	-
Passivos circulantes	-	-
Passivos não circulantes	-	-
Receitas do exercício	-	-
Custos e despesas do exercício	-	-
Resultado da investida no exercício	-	-
Capital social	10	10
Quantidade de quotas possuídas	5.000	5.000
Patrimônio líquido	10	10
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	5	5

	Fullport8 Operações	
	2018	2017
Ativos circulantes	5.663	6.286
Ativos não circulantes	4.093	4.424
Passivos circulantes	5.595	6.744
Passivos não circulantes	732	694
Receitas do exercício	53.409	51.356
Custos e despesas do exercício	(47.139)	(43.721)
Resultado da investida no exercício	6.270	7.635
Capital social	250	250
Quantidade de quotas possuídas	70.825	70.825
Patrimônio líquido	3.429	3.272
Participação no capital social no final do exercício	28,33%	28,33%
Participação no patrimônio líquido	971	927

	Sul Trading	
	2018	2017
Ativos circulantes	1.493	1.562
Ativos não circulantes	47	47
Passivos circulantes	2	103
Passivos não circulantes	-	-
Receitas do exercício	78	113
Custos e despesas do exercício	(47)	(47)
Resultado da investida no exercício	31	66
Capital social	1.000	1.000
Quantidade de quotas possuídas	5.000	5.000
Patrimônio líquido	1.538	1.506
Participação no capital social no final do exercício	0,50%	0,50%
Participação no patrimônio líquido	8	7

	COPI	
	2018	2017
Ativos circulantes	12.090	11.911
Ativos não circulantes	41.449	36.560
Passivos circulantes	9.855	9.275
Passivos não circulantes	718	1.768
Receitas do exercício	44.781	40.427
Custos e despesas do exercício	(38.406)	(34.295)
Resultado da investida no exercício	6.375	6.132
Capital social	32.742	32.742
Quantidade de quotas possuídas	16.371.172	8.185.586
Patrimônio líquido	42.966	37.428
Participação no capital social no final do exercício	50,00%	25,00%
Participação no patrimônio líquido	21.483	9.357

	COPISI
	2018
Ativos circulantes	-
Ativos não circulantes	-
Passivos circulantes	-
Passivos não circulantes	-
Receitas do exercício	-
Custos do exercício	-
Despesas do exercício	-
Resultado da investida no exercício	-
Capital social	-
Quantidade de quotas possuídas	-
Patrimônio líquido	-
Participação no capital social no final do exercício	50,00%
Participação no patrimônio líquido	-

(iv) Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora							
	Rio Bacacheri	Rocha Granéis	Porto Seco	Cattalini Terminais	TLP Terminais	Fullport8 Operações	Sul Trading	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.981	1	27.180	406.942	5	927	7	463.043
Restituição de capital	-	-	-	(9.000)	-	-	-	(9.000)
Dividendos recebidos	-	-	-	(106.200)	-	(1.304)	-	(107.504)
Dividendos a receber	(588)	-	-	-	-	(374)	-	(962)
Resultado de equivalência patrimonial	7.372	-	(1.460)	70.799	-	1.722	1	78.434
Amortização mais valia	-	-	-	(13.051)	-	-	-	(13.051)
IR/CS diferidos sobre mais valia	-	-	-	4.437	-	-	-	4.437
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>34.765</u>	<u>1</u>	<u>25.720</u>	<u>353.927</u>	<u>5</u>	<u>971</u>	<u>8</u>	<u>415.397</u>
	Consolidado							
	Cattalini Terminais	TLP Terminais	COPI	COPISI	Fullport8 Operações	Sul Trading		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	406.942	5	14.063	-	927	7	-	421.944
Aumento de participação em empreendimento								
indireto controlado em conjunto	-	-	20.755	-	-	-	-	20.755
Restituição de capital	(9.000)	-	-	-	-	-	-	(9.000)
Dividendos recebidos	(106.200)	-	-	-	(1.304)	-	-	(107.504)
Dividendos a receber	-	-	(711)	-	(374)	-	-	(1.085)
Resultado de equivalência patrimonial	70.799	-	3.050	-	1.722	1	-	75.572
Amortização mais valia	(13.051)	-	(178)	-	-	-	-	(13.229)
IR/CS diferidos sobre mais valia	4.437	-	-	-	-	-	-	4.437
Outras movimentações, líquidas	-	-	38	-	-	-	-	38
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>353.927</u>	<u>5</u>	<u>37.017</u>	<u>-</u>	<u>971</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>391.928</u>

15 Imobilizado

(i) Composição do saldo (controladora)

	2018			2017
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	435.314	(54.214)	381.100	393.910
Equipamentos e guindastes	137.634	(57.226)	80.408	89.970
Outros ativos	15.920	(8.172)	7.748	7.932
Imobilizações em andamento	12.624	-	12.624	11.500
	<u>601.492</u>	<u>(119.612)</u>	<u>481.880</u>	<u>503.312</u>

(ii) Movimentação do custo (controladora)

	Saldo em 31/12/2017	Movimentação em 2018			Saldo em 31/12/2018
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	430.718	2.455	(154)	2.295	435.314
Equipamentos e guindastes	144.768	4.294	(11.428)	-	137.634
Outros ativos	14.610	1.754	(444)	-	15.920
Imobilizações em andamento	11.500	3.419	-	(2.295)	12.624
	<u>601.596</u>	<u>11.922</u>	<u>(12.026)</u>	<u>-</u>	<u>601.492</u>

(iii) Movimentação da depreciação (controladora)

	Saldo em 31/12/2017	Movimentação em 2018			Saldo em 31/12/2018
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Edificações e benfeitorias	(36.808)	(17.410)	4	-	(54.214)
Equipamentos e guindastes	(54.798)	(12.486)	10.058	-	(57.226)
Outros ativos	(6.678)	(1.641)	147	-	(8.172)
	<u>(98.284)</u>	<u>(31.537)</u>	<u>10.209</u>	<u>-</u>	<u>(119.612)</u>

(iv) Composição do saldo (consolidado)

	2018			2017
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	456.197	(62.736)	393.461	406.866
Equipamentos e guindastes	175.055	(85.514)	89.541	101.860
Outros ativos	19.285	(10.540)	8.745	9.105
Mais valia Vanzin (i)	3.367	(2.345)	1.022	1.497
Imobilizações em andamento	13.484	-	13.484	11.817
	<u>667.388</u>	<u>(161.135)</u>	<u>506.253</u>	<u>531.145</u>

(v) Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo em 31/12/2017	Movimentação em 2018			Saldo em 31/12/2018
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Edificações e benfeitorias	451.280	2.776	(154)	2.295	456.197
Equipamentos e guindastes	181.368	6.180	(12.493)	-	175.055
Outros ativos	17.855	1.929	(499)	-	19.285
Mais valia Vanzin (i)	3.367	-	-	-	3.367
Imobilizações em andamento	11.817	3.962	-	(2.295)	13.484
	<u>665.687</u>	<u>14.847</u>	<u>(13.146)</u>	<u>-</u>	<u>667.388</u>

(vi) Movimentação da depreciação (consolidado)

	Saldo em 31/12/2017	Movimentação em 2018			Saldo em 31/12/2018
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Edificações e benfeitorias	(44.414)	(18.326)	4	-	(62.736)
Equipamentos e guindastes	(79.508)	(16.857)	10.851	-	(85.514)
Outros ativos	(8.750)	(1.941)	151	-	(10.540)
Mais valia Vanzin (i)	(1.870)	(475)	-	-	(2.345)
	<u>(134.542)</u>	<u>(37.599)</u>	<u>11.006</u>	<u>-</u>	<u>(161.135)</u>

- (i) Refere-se à alocação contábil de parte do valor pago pela Companhia para aquisição de 60,00% das ações da Vanzin.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Garantias

Existem bens dados em garantias, em operações de fime, cuja garantia para tais operações são os próprios bens. Há ainda, benfeitorias, edificações e equipamentos dados em garantia para as operações de empréstimos e financiamentos realizadas nas modalidades GIMPO e GEXPO (veja nota explicativa 18).

16 Intangível

(i) Composição do saldo (controladora)

	2018			2017
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<i>Softwares</i>	8.824	(6.317)	2.507	2.538
Outros intangíveis	177	(1)	176	152
	9.001	(6.318)	2.683	2.690

(ii) Movimentação do custo (controladora)

	Saldo em 31/12/2017	Movimentação em 2018			Saldo em 31/12/2018
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
<i>Softwares</i>	7.906	918	-	-	8.824
Outros intangíveis	152	25	-	-	177
	8.058	943	-	-	9.001

(iii) Movimentação da amortização (controladora)

	Saldo em 31/12/2017	Movimentação em 2018			Saldo em 31/12/2018
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências	Amortização
<i>Softwares</i>	(5.368)	(949)	-	-	(6.317)
Outros intangíveis	-	(1)	-	-	(1)
	(5.368)	(950)	-	-	(6.318)

(iv) Composição do saldo (consolidado)

	2018			2017
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<i>Softwares</i>	12.789	(9.386)	3.403	3.638
Outros intangíveis	763	(501)	262	227
Ágio na aquisição de subsidiária (i)	14.698	-	14.698	14.697
	28.250	(9.887)	18.363	18.562

(v) Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo em 31/12/2017	Movimentação em 2018			Saldo em 31/12/2018
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
<i>Softwares</i>	11.580	1.209	-	-	12.789
Outros intangíveis	722	41	-	-	763
Ágio na aquisição de subsidiária (i)	14.698	-	-	-	14.698
	<u>27.000</u>	<u>1.250</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.250</u>

(vi) Movimentação da amortização (consolidado)

	Saldo em 31/12/2017	Movimentação em 2018			Saldo em 31/12/2018
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências	Amortização
<i>Softwares</i>	(7.941)	(1.445)	-	-	(9.386)
Outros intangíveis	(496)	(5)	-	-	(501)
	<u>(8.437)</u>	<u>(1.450)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.887)</u>

- (i) Refere-se ao ágio decorrente da aquisição de 60% da controlada indireta, Vanzin Serviços Aduaneiros S.A. O referido ágio baseia-se na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e economias de escala que se esperava obter por meio das combinações das operações, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

O ativo intangível de vida útil indefinida tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração preparou análises de projeções de fluxos de caixa futuros, as quais não identificaram a necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

17 Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores nacionais (i)	11.782	14.383	15.837	15.990
Partes relacionadas (veja nota explicativa nº 20)	939	1.041	896	1.028
	<u>12.721</u>	<u>15.424</u>	<u>16.733</u>	<u>17.018</u>
Circulante	12.319	14.888	16.331	16.482
Não circulante	402	536	402	536

- (i) Refere-se principalmente a gastos decorrentes da contratação de serviços, OGMO, tarifas portuárias, fretes, locações de equipamentos, combustíveis, serviços e peças para manutenção e reforma de máquinas e equipamentos, contratação de mão de obra para realizar operações nos armazéns, entre outros.

18 Empréstimos e financiamentos

(i) Composição do saldo

Moeda	Natureza	Taxa	Controladora		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
Real	Linha <i>bullet</i> /giro	% CDI + Spread	-	10.010	-	10.010
Real	Leasing GEXPO	% CDI + Spread	80.961	102.094	96.820	102.094
Real	Leasing GEXPO	14,64% a.a.	570	979	570	979
Real	BNDES - GIMPO (i)	PSI/TJLP + Spread	17.397	24.362	17.397	24.362
Real	BNDES - GEXPO (ii)	TJLP + Spread	81.805	92.127	81.805	92.127
Real	Debêntures (iii)	CDI + 2,65% a.a.	78.812	85.537	78.812	85.537
			<u>259.545</u>	<u>315.109</u>	<u>275.404</u>	<u>315.109</u>
	Circulante		79.468	45.974	82.202	45.974
	Não circulante		180.077	269.135	193.202	269.135

- (i) Em abril de 2011, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade Finame, cujo montante total captado foi de R\$ 14.808, com amortização a partir de maio de 2013, em 96 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Adicionalmente, em maio de 2011, a Companhia assinou outro contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade Finem, cujo montante total captado foi de R\$ 40.076, com amortização a partir de julho de 2013, em 96 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente.
- (ii) Em abril de 2017, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a complementação do financiamento para construção do Complexo para a Exportação de Grãos GEXPO de Paranaguá/PR, cujo montante total captado foi de R\$ 90.000, com amortização a partir de dezembro de 2017 terminando em dezembro de 2026, sendo que, os encargos durante o período da carência foram pagos trimestralmente.
- (iii) A Companhia emitiu 172 debêntures simples, não conversíveis em ações com valor nominal de R\$ 1.000 cada em dezembro de 2011, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição. As debêntures vencerão em julho de 2020 e serão amortizadas em nove parcelas semestrais a partir de julho de 2016, atualizável pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 2,65%.

(ii) Movimentação no exercício

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	315.109	301.403	315.109	303.311
Captações	294	101.669	15.294	101.669
Juros e correções incorridos	27.783	35.625	28.642	35.723
Custos debêntures amortizados	651	651	651	651
Pagamentos de principal	(54.993)	(80.964)	(54.993)	(82.780)
Pagamentos de juros	(29.299)	(43.275)	(29.299)	(43.465)
Saldo no final do exercício	<u>259.545</u>	<u>315.109</u>	<u>275.404</u>	<u>315.109</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019	-	86.932	-	86.932
2020	78.052	81.011	81.802	81.011
2021	46.079	46.047	49.829	46.047
2022	15.190	15.029	18.940	15.029
2023	10.189	10.029	12.064	10.029
2024	10.189	10.029	10.189	10.029
2025	10.189	10.029	10.189	10.029
2026	10.189	10.029	10.189	10.029
	<u>180.077</u>	<u>269.135</u>	<u>193.202</u>	<u>269.135</u>

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

a. BNDES - GIMPO

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 4,0x, sendo que para o cálculo da razão Dívida EBITDA ajustado deverá ser considerada a consolidação proporcional “proforma” da participação que a Companhia detém na Cattalini. No caso de não cumprimento deste indicador a Companhia deverá apresentar garantias reais adicionais, que perfaçam no mínimo 130% do saldo devedor atualizado.

b. BNDES - GEXPO

A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses não poderá ser superior a 3,5x, sendo que para o cálculo da razão Dívida EBITDA ajustado deverá ser considerado o EBITDA ajustado das Sociedades Investidas que sejam contabilizadas através do método de equivalência patrimonial, no percentual de sua participação societária. No caso de não cumprimento deste indicador, o credor poderá declarar vencimento antecipado.

c. Debêntures

A razão dívida líquida EBITDA para as debêntures deverá ser calculada considerando-se o EBITDA ajustado da Companhia: (i) pelo resultado não operacional, (ii) pela equivalência patrimonial, e (iii) e pela participação dos acionistas minoritários, adicionado o valor dos dividendos recebidos pela Companhia oriundos da participação societária na Cattalini. O não cumprimento deste indicador permitirá aos debenturistas declarar vencimento antecipado de todas as obrigações.

**Endividamento Financeiro Líquido /
(EBITDA+ Dividendos)
(“Razão Dívida EBITDA”)**

2012	4,50x
2013	3,50x
2014 e 2015	4,00x
2016 e 2017	3,50x
2018 e após	3,00x

d. Santander CCE

Possui cláusulas contratuais restritivas idênticas às debêntures.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia está em conformidade com todas as exigências e cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) estabelecidas acima.

Garantias

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES possuem garantias reais. Para as modalidades Finem, GIMPO e GEXPO, estão hipotecados os terrenos de acionistas, benfeitorias, edificações e equipamentos relacionados aos ativos-alvo do financiamento. Já para a modalidade Finame, foi concedida a alienação fiduciária das máquinas e equipamentos adquiridos. Na linha BNDES GEXPO, há a garantia por Carta Fiança emitida pelo Acionista RTP Administração e Participações Ltda..

As debêntures emitidas são garantidas pela alienação fiduciária de 25% das ações emitidas pela Cattalini e também pela cessão fiduciária do fluxo de dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos a emissora em conta vinculada.

19 Impostos e contribuições a recolher

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ e CSLL	-	-	824	1.502
IRRF	415	381	510	480
PIS e COFINS	-	-	312	280
ISS	624	648	792	815
Outros	358	219	411	302
	1.397	1.248	2.849	3.379

20 Partes relacionadas

(i) Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria estatutária e conselheiros. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 a título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 3.529 (R\$ 3.402 em 2017). A Companhia e suas controladas não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

- (i) Refere-se a máquinas a Porto Seco Rocha Terminais de Cargas Ltda., as quais tem um prazo médio de recebimento de 7 dias.
- (ii) Refere-se a despesas de aluguel com imóveis, que são pagas à Superagui Holding Patrimonial S.A., em consonância com as condições e práticas do mercado imobiliário, e de longo prazo, conforme estabelecido no Acordo de Acionistas da Companhia firmado entre a RTP Administração e Participações Ltda. e a Rio Barigui Participações S.A.. Outras locações de imóveis com prazos mais curtos, de outras empresas de partes relacionadas, são realizadas sempre com a aprovação prévia do Conselho de Administração.
- (iii) As contas a receber e a pagar de partes relacionadas são principalmente decorrentes de repasses de direitos e obrigações em comum à Companhia e suas partes relacionadas e àquelas relativas aos processos judiciais com perdas prováveis, cujos reembolsos e/ou pagamentos estão enquadrados em cláusula específica dos Acordos de Investimentos firmados entre os Acionistas. O montante total entre contas a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 402 a pagar (R\$ 536 em 2017 a pagar), reflexos de registros contábeis constituídos, estando, portanto, sujeito a compensações com outros débitos e/ou créditos incorridos na Companhia e a confirmação de fluxos de caixa futuros, como por exemplo, as perdas e ganhos em processos judiciais ativos e também passivos com data base dos fatos geradores anteriores à assinatura dos referidos Acordos de Investimentos.
- (iv) Refere-se as transações ao longo do exercício entre a Companhia e suas controladas integrais, além de saldos em aberto remanescentes do exercício anterior, e da proposta de distribuição de dividendos, valores que terão a sua destinação deliberada pelos Sócios/Acionistas no exercício de 2019.

21 Provisão para contingências (controladora e consolidado)

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões nos montantes apresentados abaixo, que são consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis com ações em curso.

Controladora								
Natureza	Depósitos judiciais			Provisão para contingências				
	Saldo em 31/12/2017	Depósitos	Resgates	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Provisão constituída	Provisão revertida	Saldo em 31/12/2018
Cíveis (i)	22.695	5.840	-	28.535	22.695	5.840	-	28.535
Trabalhistas (ii)	91	-	-	91	629	-	(389)	240
Tributárias	1.007	209	(803)	413	-	-	-	-
	<u>23.793</u>	<u>6.049</u>	<u>(803)</u>	<u>29.039</u>	<u>23.324</u>	<u>5.840</u>	<u>(389)</u>	<u>28.775</u>
Consolidado								
Natureza	Depósitos judiciais			Provisão para contingências				
	Saldo em 31/12/2017	Depósitos	Resgates	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Provisão constituída	Provisão revertida	Saldo em 31/12/2018
Cíveis (i)	22.695	5.840	-	28.535	22.695	5.840	-	28.535
Trabalhistas (ii)	194	-	(31)	163	734	115	(389)	460
Tributárias	2.027	470	(2.084)	413	3.823	166	-	3.989
	<u>24.916</u>	<u>6.310</u>	<u>(2.115)</u>	<u>29.111</u>	<u>27.252</u>	<u>6.121</u>	<u>(389)</u>	<u>32.984</u>

- (i) Refere-se a discussão judicial com a APPA - Associação de Portos de Paranaguá e Antonina, onde a Companhia foi beneficiada por ação coletiva movida pelo Sindicato dos Operadores Portuários- SINDOP, a qual visa a decretação da inconstitucionalidade e ilegalidade dos reajustes das tarifas portuárias que passaram a ser cobradas dos operadores portuários do Estado do Paraná, com base na Portaria 282/2001 do Ministério dos Transportes e na ordem de serviço nº 273/2001. Os valores controversos estão sendo depositados em juízo.

- (ii) Refere-se principalmente, a reclamações movidas por ex-empregados, cujos pleitos envolvem o pagamento de verbas rescisórias, adicionais e horas-extras. Todas as perdas incorridas cujos fatos geradores sejam anteriores aos Acordos de Acionistas firmados entre os Acionistas da Companhia são indenizáveis, respeitando os prazos limites dos Acordos de Investimentos firmados entre os Acionistas.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia e suas controladas são ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R\$ 1.192 (R\$ 1.836 em 2017). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia é composto de 31.574.044 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo tais ações sido totalmente integralizadas.

O capital social está distribuído da seguinte forma entre os acionistas:

Acionistas	Participação	Ações	Capital
RTP Administração e Participações Ltda.	41,98%	13.253.848	13.254
Rio Barigui Participações S.A.	40,17%	12.681.971	12.682
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	17,85%	5.638.225	5.638
	<u>100,00%</u>	<u>31.574.044</u>	<u>31.574</u>

b. Reserva de capital

Refere-se, substancialmente, ao ágio na emissão de ações em decorrência da variação entre o preço de emissão e o valor nominal das ações emitidas em 2010, 2011, 2014 e 2015.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. A Companhia alcançou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o limite estabelecido e, dessa forma, não foi necessário realizar a constituição da referida reserva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

d. Reserva de retenção de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram destinados à reserva de retenção de lucros para futura deliberação dos acionistas, nos termos do estatuto social da Companhia. Por decisão dos acionistas, a reserva compõe o orçamento de capital para novos investimentos aprovado em Assembleia Geral Ordinária nos últimos três exercícios.

e. Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os dividendos foram calculados conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado do exercício	73.152	69.335
(-) Reserva legal (i)	<u>-</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	<u>73.152</u>	<u>69.335</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>18.288</u>	<u>17.334</u>

- (i) A Companhia alcançou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o limite estabelecido e, dessa forma, não foi necessário realizar a constituição da referida reserva para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

23 Receita líquida de vendas

A receita líquida da Companhia e suas controladas possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercado interno				
Serviços prestados	<u>257.850</u>	<u>193.533</u>	<u>348.370</u>	<u>267.375</u>
Mercado externo				
Serviços prestados	<u>76.098</u>	<u>58.208</u>	<u>78.817</u>	<u>58.208</u>
Receita operacional bruta	<u>333.948</u>	<u>251.741</u>	<u>427.187</u>	<u>325.583</u>
Serviços cancelados	(508)	(367)	(1.725)	(368)
Impostos incidentes sobre os serviços	<u>(34.418)</u>	<u>(25.167)</u>	<u>(45.126)</u>	<u>(33.273)</u>
Deduções da receita	<u>(34.926)</u>	<u>(25.534)</u>	<u>(46.851)</u>	<u>(33.641)</u>
Receita operacional líquida	<u>299.022</u>	<u>226.207</u>	<u>380.336</u>	<u>291.942</u>

Em 2018, o negócio de Granéis Sólidos de Exportação “GEXPO”, inaugurado no final de 2017, operou durante todo o exercício, com isto, o resultado das suas operações foi a principal causa da elevação nas receitas da Companhia.

24 Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais

O custo dos serviços prestados e despesas comerciais e administrativas e gerais da Companhia e suas controladas possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos das operações portuárias	(106.436)	(95.260)	(129.027)	(115.851)
Depreciação e amortização	(45.538)	(32.018)	(52.279)	(38.719)
Mão-de-obra e encargos	(44.312)	(31.434)	(55.714)	(41.478)
Locações de equipamentos e imóveis	(25.409)	(18.716)	(31.003)	(21.178)
Serviços de terceiros (diretos e indiretos)	(24.124)	(17.957)	(32.854)	(26.222)
Manutenção dos ativos	(10.097)	(7.276)	(11.996)	(9.190)
Energia, água e comunicação	(5.890)	(2.684)	(6.420)	(3.190)

Combustíveis e lubrificantes	(3.074)	(2.962)	(5.063)	(4.699)
Outros custos e despesas	<u>(6.853)</u>	<u>(5.327)</u>	<u>(8.180)</u>	<u>(6.495)</u>
	<u>(271.733)</u>	<u>(213.634)</u>	<u>(332.536)</u>	<u>(267.022)</u>
Reconciliação dos custos e despesas, por função:				
Custos dos serviços prestados	(259.195)	(201.952)	(318.592)	(253.458)
Despesas comerciais	(387)	(358)	(387)	(358)
Despesas administrativas e gerais	<u>(12.151)</u>	<u>(11.324)</u>	<u>(13.557)</u>	<u>(13.206)</u>
	<u>(271.733)</u>	<u>(213.634)</u>	<u>(332.536)</u>	<u>(267.022)</u>

Em 2018, o negócio de Granéis Sólidos de Exportação “GEXPO”, inaugurado no final de 2017, operou durante todo o exercício, com isto, o resultado das suas operações foi a principal causa da elevação nos custos gerais da Companhia.

25 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Rendimentos com aplicações financeiras	3.580	3.998	4.317	4.279
Outras receitas	<u>105</u>	<u>145</u>	<u>152</u>	<u>214</u>
	<u>3.685</u>	<u>4.143</u>	<u>4.469</u>	<u>4.493</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(27.783)	(20.527)	(28.642)	(20.624)
Juros incorridos e descontos concedidos	(4.108)	(5.864)	(9.766)	(8.132)
IOF e variação cambial passiva	(1.297)	(1.903)	(1.328)	(1.935)
Outras despesas	<u>(1.612)</u>	<u>(1.218)</u>	<u>(1.868)</u>	<u>(1.279)</u>
	<u>(34.800)</u>	<u>(29.512)</u>	<u>(41.604)</u>	<u>(31.970)</u>
	<u>(31.115)</u>	<u>(25.369)</u>	<u>(37.135)</u>	<u>(27.477)</u>

26 Instrumentos financeiros

De forma prática a adoção do CPC 48 não trouxe nenhum impacto significativo nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, conforme descrito na nota explicativa 7 (b). Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 47, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas não realizaram operações com derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme o quadro abaixo:

(i) Controladora

		2018			2017
	Nota	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	10	2.350	-	2.350	2.202
Aplicações financeiras	10	87.062	-	87.062	20.072
Contas a receber de clientes	11	27.574	-	27.574	27.280
Outras contas a receber	-	8.125	-	8.125	8.983
Passivos					
Fornecedores	17	-	12.721	12.721	15.424
Empréstimos e financiamentos	18	-	259.545	259.545	315.109

(ii) Consolidado

		2018			2017
	Nota	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	10	4.216	-	4.216	2.904
Aplicações financeiras	10	108.043	-	108.043	28.482
Contas a receber de clientes	11	25.391	-	25.391	24.002
Outras contas a receber	-	8.802	-	8.802	9.980
Passivos					
Fornecedores	17	-	16.733	16.733	17.018
Empréstimos e financiamentos	18	-	275.404	275.404	315.109

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detinham caixa e equivalentes de R\$ 89.412 (R\$ 22.274 em 2017) nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 112.259 (R\$ 31.386 em 2017) nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido da provisão para perdas estimadas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação

contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento e análise de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia e suas controladas, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

27 Cobertura dos seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Natureza da cobertura	Montantes segurados
Bens móveis e imóveis (seguro compreensivo)	R\$ 120.000
Operações da Companhia (seguro compreensivo)	R\$ 60.000
Responsabilidade civil - administradores (D&O)	R\$ 30.000
Transporte rodoviário de cargas (RCTR-C e RCF-DC)	R\$ 1.000
Seguro de vida em grupo	R\$ 845
Cobertura para veículos (próprios e terceiros)	R\$ 300

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não são examinadas pelos nossos auditores independentes.